



PLMJ
Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

DESTAQUES DE 8 A 12 DE ABRIL

NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ACTIVIDADES COMERCIAIS

[Lei n.º 27/2013. D.R. n.º 72, Série I de 2013-04-12](#)

Assembleia da República

Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a actividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam

DESPORTO

[Decreto-Lei n.º 49/2013. D.R. n.º 71, Série I de 2013-04-11](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 10/2013](#), de 25 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico das sociedades desportivas a que ficam sujeitos os clubes desportivos que pretendem participar em competições desportivas profissionais

DESPORTO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2013. D.R. n.º 70, Série I de 2013-04-10](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova, para o corrente ano, a distribuição das indemnizações compensatórias pelas diferentes empresas prestadoras de serviço público

[Lei n.º 28/2013. D.R. n.º 72, Série I de 2013-04-12](#)

Assembleia da República

Define as Competências, a Estrutura e o Funcionamento da Autoridade Aeronáutica Nacional

ENERGIA

[Portaria n.º 145/2013. D.R. n.º 69, Série I de 2013-04-09](#)

Ministério da Economia e do Emprego

Procede à aprovação da Taxa anual de remuneração do diferimento dos sobrecustos com CMEC (Custos de Manutenção de Equilíbrio Contratual), e da Taxa anual de remuneração do diferimento dos sobrecustos com CAE (Contratos de Aquisição de Energia)

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013. D.R. n.º 70, Série I de 2013-04-10](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética para o período 2013-2016 e o Plano Nacional de Acção para as Energias Renováveis para o período 2013-2020

[Portaria n.º 146/2013. D.R. n.º 71, Série I de 2013-04-11](#)

Ministério da Economia e do Emprego

Procede à primeira alteração da [Portaria n.º 279/2011](#), de 17 de Outubro, e define os valores de determinados factores a aplicar para efeitos da remuneração do alisamento quinquenal dos proveitos permitidos para o ano de 2013

FINANCEIRO

[Lei n.º 25/2013. D.R. n.º 68, Série I de 2013-04-08](#)

Assembleia da República

Autoriza o Governo a rever o regime jurídico dos organismos de investimento colectivo, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 252/2003](#), de 17 de Outubro

BANCO DE PORTUGAL

Instrução

[8/2013](#) - Caracteriza e regulamenta o Mercado Monetário Interbancário Com Garantia

[9/2013](#) - Altera a Instrução n.º 47/98, publicada no BO n.º 1/99, de 15.01.99, que caracterizou e regulamentou o Sistema de Transferências Electrónicas de Mercado (Siteme).

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Relatório Anual de Supervisão da Actividade de Análise Financeira - 2012](#)

[Reunião do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros de 21 de Janeiro de 2013](#)

[ESMA Divulga Relatório de Avaliação sobre Aplicação por 30 Autoridades de Supervisão das Linhas de Orientação relativas aos Fundos do Mercado Monetário](#)

BCE – BANCO CENTRAL EUROPEU

[Boletim Mensal do BCE - Abril de 2013 \(Editorial\)](#)

FISCAL

[Declaração n.º 86/2013. D.R. n.º 70, Série II de 2013-04-10](#)

Ministério das Finanças - Direcção-Geral do Orçamento

Conta provisória de Janeiro a Dezembro de 2012

JOGOS

[Portaria n.º 148/2013. D.R. n.º 72, Série I de 2013-04-12](#)

Ministério da Solidariedade e da Segurança Social

Sexta alteração ao Regulamento da Lotaria Instantânea, aprovado pela [Portaria n.º 552/2001](#), de 31 de Maio

SAÚDE

[Despacho n.º 4927-A/2013. D.R. n.º 70, 2.º Suplemento, Série II de 2013-04-10](#)

Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Determina que o INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P., (INFARMED, I.P.), deve proceder de imediato à reapreciação dos preços máximos e dos limites máximos de encargos a que os hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS) estão autorizados a adquirir os medicamentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 195/2006, de 3 de Outubro, na sua redacção actual



FUNDAÇÃO
PLMJ
João Nuno

Detalhe
Obra da Colecção da
Fundação PLMJ

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

[Rectificação do Regulamento \(UE\) n.º 305/2011](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de Março de 2011, que estabelece condições harmonizadas para a comercialização dos produtos de construção e que revoga a Directiva 89/106/CEE do Conselho ([JO L 88 de 4.4.2011](#))

[Recomendação da Comissão](#), de 5 de Abril de 2013, relativa a um quadro comum para um sistema de identificação única de dispositivos médicos na União

COMISSÃO

[O Tribunal Geral anula parcialmente a decisão da Comissão que declara uma prática concertada entre as sociedades de gestão colectiva dos direitos de autor](#)

Comunicado - Tribunal Geral da União Europeia

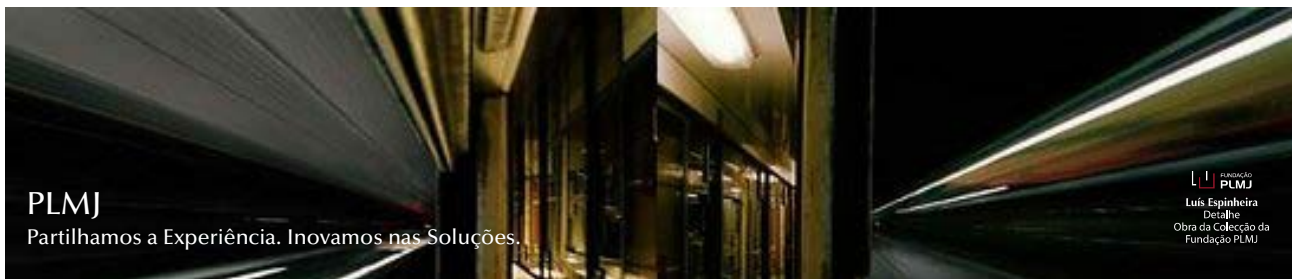
[O direito da União permite que as autoridades nacionais forneçam dados de identificação na informação aos cidadãos relativa a géneros alimentícios não prejudiciais à saúde mas impróprios para consumo](#)

Comunicado - Tribunal de Justiça da União Europeia

PARLAMENTO EUROPEU

[Novas regras fiscais para a utilização dos vouchers](#)

Como taxar um cartão de oferta? Será melhor tributá-lo quando é emitido, vendido ou utilizado? O Parlamento Europeu vai votar regras harmonizadas para a tributação de vouchers a 17 de Abril.



PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 11 DE ABRIL DE 2013

Foi aprovado, entre outros, o seguinte:

- Proposta de lei que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, modificando os regimes de facturação e contra-ordenacional.
- Diploma que define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos.
- Linhas de orientação para a execução da reforma estrutural da defesa nacional e das Forças Armadas, designada Defesa 2020.
- Criação de um mecanismo regulatório tendente a assegurar o equilíbrio da concorrência no mercado grossista de electricidade em Portugal e a adequada repartição de custos de interesse económico geral.

(...)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.

